

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DEFICIENTES VISUAIS  
ATUAIS PERSPECTIVAS E RESTRIÇÕES\*

Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel\*\*

Abordar sobre Formação, exige que se adote um fundamento, sobre esta, que configure a concepção do processo:

A Formação dos Professores dos Portadores de Deficiência Visual deve ser repensada como PERMANENTE, TRANSFORMADORA, em um contexto objetivo de consideração dos referenciais formais dos Programas ou Intervenções da área - ou seja - no plano da capacitação e ações técnicas e, também, nos referenciais da clientela, (sociais, comportamentais, psicológicas e acadêmicas).

O tema é inquietante e sugere questões tais:

. Como as Instituições que formam os Recursos Humanos para a Educação dos Portadores de Deficiências Visuais tem tratado a questão da compreensão do papel do profissional envolvido naquele processo - isto é - qual é o perfil desse profissional?

---

\* Tema comunicado no IX Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira - Nov/90 - Salvador.

\*\* Professora Doutora da Faculdade de Educação - USP.

Como tem sido discutida a questão teoria X prática, a nível dos currículos dos Cursos para formação dos profissionais da Educação dos portadores de deficiência visual?

Qual é a compreensão dos profissionais no período da sua formação e pós-formação - sobre os conceitos Educação/Ensino, bem como as dimensões neles implicadas?

Não se pretende responder às questões citadas, mas, sim, indicar reflexões e, suscitar discussões e análises. Assim, para metodizar essas reflexões, pretende-se desenvolver duas questões:

- A formação em si - configurações/restrições.
- Alternativas face essa configuração.

A formação dos Professores para portadores de deficiência visual, no Brasil, tem se caracterizado formalmente por níveis, quais sejam:

I. Cursos de Pós-Graduação:

"strictu sensu" - Mestrado/Doutorado e

"Latu sensu" - Especialização.

O objetivo inicial da pós-graduação no Brasil foi o de conciliar as formas de trabalho do professor, tradicionalmente desenvolvidas como ação cujo propósito é de ampliar a percepção do conhecer, das traduções do saber;

- investigação - com objetivos de descoberta do acaso, do contraditório, do aleatório, das relações de causa e efeito, fazendo a ciência e, teorizando a prática e praticando a teoria.

A situação atual que se percebe, seja por eventos na área e, por estudos (Gatti, 1990) traz um quadro de problemas de ordem filosófica) ou seja, os objetivos da pós-graduação que se condensam no grau de credencial para a docência superior. Assim, a formação neste nível parece propor questionamento a uma possível dicotomia ensino e pesquisa, o que, no campo da Educação pode fazer decorrer uma carência na busca do significado da Educação e do Ensino no seu todo. A realidade brasileira se apresenta com a oferta de um Curso de um (01) Curso de Pós-Graduação em Educação Especial - strictu sensu - como única área de concentração; e, outro esquema, na qual, a Educação Especial se constitui em ofertas de cursos isolados e, até "área de investigação". Quanto aos cursos de Pós-Graduação "latu sensu", tem-se já dados mais "volumosos", seja, em número dos Cursos de Especialização desenvolvidos, e, em desenvolvimento (por exemplo, Paraná, São Paulo), constituindo-se currículos, com, no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas e em geral, sediados às Instituições de Ensino Superior, sejam públicas e/ou isoladas. No caso do Latu Sensu, há um ponto a ressaltar quanto ao envolvimento das Secretarias de Educação (o caso do Paraná é significativo), estabelecendo convênios e quase que garantindo o envolvimento dos professores atuantes na Rede Pública de Ensino.

## II. Cursos de Graduação

### 2.1. Licenciatura

Esta modalidade da formação a nível superior é ofertada pelos Institutos ou Setores que abarcam o Bacharelado em áreas de

conhecimento específicas e pertinentes aos conteúdos trabalhados no Ensino de 1ª e 2ª Graus. Assim, os cursistas fazem seu bacharelado concomitante ou previamente à licenciatura. O curso se concentra nas disciplinas de "conteúdo" e, as disciplinas "pedagógicas", até por força de lei, podem ter um mínimo de quatro (04). Na Educação Especial, esta modalidade não tem um histórico de constante oferta e desenvolvimento (a Universidade de Santa Maria-RS, programou e efetiva esta modalidade, registre-se). Alguns esquemas são desenvolvidos, preferencialmente, nas Instituições de Ensino Superior, a seguir explanados:

2.1.1. Licenciatura desenvolvida no esquema "3 + 1" - tem-se aqui um currículo elaborado e desenvolvido primeiramente no trabalho com as disciplinas de conteúdo. Após, em um período de tempo específico, desenvolvem-se os conteúdos relativos à Licenciatura; isto proporciona o título de Bacharel e licenciado. Este esquema sofreu ataques e restrições, pois evidencia-se dicotomia entre os dois tipos de titulação.

2.2.2. "Fortalecimento" do bacharelado - o que se depreende da oferta do bacharelado é que se dá efetivação de um "bom curso". Assim, quem tiver interesses voltados ao ensino, deve fazer licenciatura tão somente. Parece, nesta conjuntura, haver uma liberdade para o planejamento e implementação dos currículos da licenciatura. Mas, afirmar-se "ser melhor", exige que este parecer seja utilizado pela análise da programação estabelecida.

2.1.3. Curso de Licenciatura - do "começo ao fim":  
O curso de Licenciatura seria qualitativamente diferente

do bacharelado, isto é, as matérias de conteúdo (das áreas de conhecimento) expressariam a preocupação com a educação. Isto quer dizer que, os referenciais do trato das mesmas, dos fatos, dos fenômenos serem analisados seriam as intervenções ou tipos de Programas existentes no Brasil, no caso da Educação Especial.

Em relação à Licenciatura, os esquemas expostos sugerem algumas críticas e restrições (já apontadas em eventos para discussão sobre a formação dos professores), quais sejam, e, centralizando-se aquelas na área do Ensino para Portadores de Deficiência Visual:

- Justaposição de dois universos de conhecimentos: de um lado disciplinas de conteúdo e, de outro, matérias pedagógicas - separados, quase sem articulação, sem uma perspectiva unificada, articulando um todo em um currículo para habilitar o professor de Portadores de Deficiência Visual;

- Formação separada de dois profissionais com o perigo de defender suposições de que a licenciatura é curso mais fácil ou mais simples - e, até o contrário - é um curso complexo.

- Não se trabalha com a noção de compatibilidade dos domínios do saber que têm a ver com a Educação e outros considerados com conteúdos específicos. Isto faz decorrer sobreposições por deduções simplificadas.

- Surgimento de prejuízos na própria organização e estruturação desses cursos como:

- . A formação de professores para Portadores de Deficiência Visual é obra exclusiva dos docentes de matérias pedagógicas; (sem críticas à formação nas matérias de conteúdo - aqui per-

siste a não articulação ou coordenação até entre os que formam o professor.

Educadores X pesquisadores - aqui se usa o termo educador sem precisar o uso que se faz deste termo - então, aqui também está embutida uma antinomia educador X professor - com prejuízos para o campo pedagógico - criando-se conflitos absolutos entre categorias que atuam em momentos da educação.

2.2. Habilitação nos Cursos de Pedagogia ocorrendo como oferta do Curso de Pedagogia - constituindo-se assim, em uma graduação ou complementação pedagógica - ou seja, o título legal é de Pedagogia, habilitado ou com complementação pedagógica (apostilado no Diploma).

Esta modalidade é a mais desenvolvida no Brasil e ainda assim, têm sido apontadas restrições, sejam no contexto da formação em si, como na filosofia do próprio curso.

Como desde a década de 80, evidenciaram-se os questionamentos sobre o Curso de Pedagogia e suas habilitações, com desdobramentos e extensão até a época atual, alguns pontos são levantados como crítica:

- a propriedade da "especialização" em Educação, em termos de formalização do currículo, ou seja, adequado de tempo e adequação de conteúdos;

- o papel das Faculdades de Educação, na oferta e implementação das habilitações, com o perigo de fragmentação dos conteúdos;

- o ideal seria a formação superior para todos os docentes.

Assim, a complementação de estudos a nível de 2º Grau - Estudos Adicionais - é condicionada a inexistência ou precariedade de um número ideal de Professores Habilitados em nível superior, em relação à demanda e necessidade da área da Deficiência Visual.

IV - Cursos de Aperfeiçoamento, Atualização - que podem ser chamados de emergenciais (180 horas - em etapas - I, II e III), aceitando-se nominá-los de "Formação em Ação".

- Se os objetivos forem voltados ao suprimento e suplemento a formação, pode se constituir em um "barateamento" do processo desta. Este esquema se valida para Desenvolvimento dos Recursos Humanos e não para formação em si, ou seja, em um esquema permanente de atualização.

Face as questões indicadas, que perspectivas podem ser adotadas?

1. A perspectiva relevante reside no esclarecimento dos referenciais específicos e dos processos de desenvolvimento dos Recursos Humanos para Educação dos Portadores de Deficiência Visual, que na realidade brasileira se caracterizam em:

1.1. Referenciais formais - constituídos pelas intervenções planejadas e implementadas, a nível de Brasil que, em relação à natureza e a extensão da ação profissional, podem se constituir como:

- apesar da formação dos Professores para Deficientes Visuais ter tratamento legal específico - Parecer 552/75-CFE, este não teve regulamentação, o que traz discussões sobre a responsabilidade (de Instituições de Ensino Superior) na sua oferta e coordenação;

- algumas Instituições de Ensino Superior oferecem algumas das Habilitações, em detrimento das outras, o que faz com que a distribuição dos cursos em termos do Brasil seja difuso;

III. Cursos a nível de 2º Grau - ofertados pelas Escolas da formação dos Professores para 1º Grau. Aqui se incluem - a habilitação específica - e a complementação dos estudos - que legalmente se nominam Estudos Adicionais, com direito de atuação no Ensino de 1º Grau.

As chamadas Escolas Normais são alvo de estudos e avaliações, sendo que em alguns Estados há planos de revitalização (um exemplo, o Projeto Magistério do Estado do Paraná). Mas, podem ser indicados alguns pontos de reflexão:

- face às inúmeras reformulações que o 2º Grau sofreu - houve redução da instrumentação pedagógica, com diminuição do trato de áreas específicas do Ensino de 1ª a 4ª séries.

- atualmente, na maioria dos Estados sofreu uma reativação mas, com currículos experimentais - para 4 anos, com introdução no currículo, de disciplinas específicas, como Pré-Escola; alguns, alfabetização.

Apesar de ter sido contemplada com uma Legislação específica, no âmbito federal (Parecer 349/72) no próprio contexto deste



- Intervenções Psicopedagógicas - estruturadas em Centros de Reeducação, Clínicas, ou melhor, os profissionais exigidos para esta intervenção devem dominar níveis de atuação e conhecimento no âmbito institucional, educacional e clínico.

As competências, estão implícitas e explícitas nas duas intervenções; seriam:

- no 1º caso - Prevenção; Diagnósticos; Atendimento propriamente dito; encaminhamento; Acompanhamento.

- no 2º caso - Parecem ser (uma vez que a titulação é difusa, híbrida e, até indefinida) ações educacionais e clínicas (e até assistenciais) de psicodiagnósticos e prognósticos; tratamento ou atendimento; assessoramento; aconselhamento comunitário-familiar, avaliação e acompanhamento.

Um período da formação deve privilegiar conteúdos pertinentes às ações citadas e, também pertinentes às dimensões sociais, comportamentais, psicológicas e acadêmicas da clientela portadores de deficiência visual. Aqui, reforça-se então, investigações que podem agilizar uma constante busca de respostas ao perfil da clientela e a atuação dos professores.

Também demanda em alguns pontos direcionadores;

- Avaliação de Centros para Formação e Desenvolvimento Permanente de Recursos Humanos. (trocas de experiências - professores recém formados e os já na atuação).

A reflexão sobre o perfil do Professor: ele, em 1º lugar, tem pessoas como interlocutores - e é um comunicador. Ser um bom

comunicador envolve questões complexas de linguagem, de uso de materiais, de ajustamentos de formas e conteúdos e, de relacionamento pessoal. Aqui reside a competência técnica sem desprivilegiar capacidades humanas - da formação da consciência. No caso de ser pesquisador há outro interlocutor que é o conhecimento, o situar-se frente à problemas de conhecimento, de fenômenos passíveis de análise teórica e até prática, sem atrelar-se a "carreirismo" e "burocracias de construção de currículos vitae".

Para neutralizar a reflexão fragmentada nos estudos ou cursos para formação dos professores de deficientes visuais deve-se não buscar currículos ideais, ou melhores, mas, refletir sobre o equacionamento de algumas necessidades nacionais (Estudos Piloto, Cursos Experimentais, Centros da Formação Permanente para materiais, recursos e pesquisas), como também de necessidades Regionais (alternativas da interiorização e simplificação dos recursos com a aproximação dos organismos públicos as agências ou Instituições formadoras. Necessidades Institucionais e Pessoais, (estudos sobre ações mais importantes e urgentes, como inovações de currículos), habilidades mais importantes - do professor, ou do componente de uma equipe multidisciplinar, na busca do aclaramento da relação de responsabilidade e ética com a ordem, com a sociedade.

Quanto à formação em si:

Será que há disciplinas que se contituam em pontes entre as matérias de conteúdo e as de formação pedagógica?

1. Delineamentos de conteúdos são importantes: maté  
rias de instrumentação técnica: estudos da comunidade como centro  
irradiador de programas e alternativas na prevenção da deficiên  
cia; estudos sobre os processos afetivos do ser humano; da etiolo-  
gia; Pesquisa; Ética como regras e princípios do conviver e produ  
zir na comunidade científica, por exemplo, conteúdos de "humaniza-  
ção do ensino" - exercício da auto-determinação; compreensão da  
realidade social, das suas forças e do movimento político.

2. "O que" e "Para quê" formar implica em dados ava-  
liativos dos cursos já desenvolvidos e em desenvolvimento - num  
esforço da busca das competências do professor de P.D.V., como tam-  
bém, implica em avaliar os programas implementados na comunidade,  
numa busca de novos conceitos, novas ações, provenientes das inter-  
venções e, principalmente, da psicopedagogia.

Inovar, desde a legislação, exige que a reflexão  
seja feita em conjunto, em projetos coletivos e não individuali-  
zados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMEL, Roseli C. Rocha de C. As Habilidades dos Professores para Portadores de Deficiência Visual. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Maio, 1990.

CATTANI, Denice et alii. Universidade, Escola e Formação de Professores. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CADERNOS CEDES. A Formação do Educador. São Paulo, Cortez, 1983; (1).

GATTI, Bernadete. A Formação do Professor do 1º Grau. Educação e Seleção. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (20): 79-90, Jul/Dez., 1989.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Projeto Magistério em Nova Dimensão, 1987.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Projeto de Cursos de Especialização em Estudos Adicionais em Educação Especial. 1986.

## RESUMO

Este trabalho discute a formação dos professores de deficientes visuais. Os níveis referem-se à graduação, pós-graduação e cursos de 2º grau, os quais dão oportunidade de se evidenciar os tipos de intervenção - na área - na atualidade brasileira. Esses programas ou intervenções podem direcionar o repensar da formação permanente e transformadora dos profissionais citados. Sugere-se a efetivação de novas investigações "no" e, "A partir" do problema.

## ABSTRACT

This paper discusses the teacher's formation in the visual deficiency. The levels recount to the graduation, after graduation and courses of second degree, which give the opportunity of some evidences from the types of intervention in the Brazilian actuality. This programs or interventions can to direct the thinking of permanent formation and transforming of Professors cited. Accomplishment of new investigation since the beginning of the problem, and the problem itself, is suggested.